

ENCAMINHE-SE AS COMISSÕES  
EM: 08/10/2025  
PRESIDENTE



APROVADO  
☐ Por Quórum  
☒ Por Maioria de Votos  
15/10/2025

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MISSÃO VELHA**

**PROCESSO LEGISLATIVO**

**INTERESSADO: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.**

**PROJETO DE LEI Nº 012/2025, DE 06/10/2025.**

**DATA DA ENTRADA: 08/10/2025.**

**EMENDA (s) nº (s) / 2025.**

**PARECERES Nºs. / 2025.**

**RESOLUÇÃO Nº /2025.**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº /2025.**

**AUTÓGRAFO DE LEI Nº /2025.**

Missão Velha(CE), 08 de outubro de 2025.

**MENSAGEM REF. AO PROJETO DE LEI N. 012/2025**

**DE 06 DE OUTUBRO DE 2025.**

Excelentíssimo Senhor  
GEORGE FECHINE TAVARES  
Presidente da Câmara Municipal de Missão Velha/CE

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que institui o Serviço Público de Loteria do Município de Missão Velha, estabelecendo os critérios de exploração de jogos lotéricos no território municipal e dispondo sobre a destinação de seus recursos.

A iniciativa segue modelo já adotado por outros municípios cearenses, com base na autonomia conferida pelo art. 30, inciso I, da Constituição Federal, e tem por finalidade gerar novas fontes de receita municipal destinadas ao fomento da cultura, do turismo, do esporte e do lazer.

A arrecadação oriunda da exploração das atividades lotéricas será distribuída em partes iguais entre a Secretaria de Cultura e Turismo e a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, promovendo investimentos estruturantes e ações sociais que fortalecem o desenvolvimento humano e cultural de Missão Velha.

Diante da relevância do tema, conto com o apoio dos nobres Vereadores para aprovação do presente Projeto de Lei.

Missão Velha/CE, 06 de outubro de 2025.

Atenciosamente,



**LUIZ ROSEMBERG DANTAS MACÊDO FILHO**  
Prefeito Municipal



**PROJETO DE LEI N. 012/2025,**

**DE 06 DE OUTUBRO DE 2025**

**Ementa: Institui o Serviço Público de Loteria do Município de Missão Velha/CE, estabelece os critérios de exploração de jogos lotéricos no território municipal e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA, LUIZ ROSEMBERG DANTAS MACÊDO FILHO**, Estado do Ceará, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I – DA EXPLORAÇÃO DE JOGOS LOTÉRICOS**

**Art. 1º** – Fica instituído, na forma do art. 175 da Constituição da República, o Serviço Público de Loteria do Município de Missão Velha/CE, que consiste na exploração de jogos lotéricos.

§1º Considera-se, para fins desta Lei, como exploração de jogos lotéricos, as atividades comerciais relacionadas às seguintes modalidades:

- I – Loteria de apostas de quota fixa, correspondente à loteria de prognósticos consistente em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva;
- II – Loteria de prognóstico específico, explorada nos moldes da Lei Federal nº 11.345/2006;
- III – Loteria de prognósticos esportivos, em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;
- IV – Loteria de prognóstico numérico;
- V – Loteria instantânea;
- VI – Loteria passiva;
- VII – Chances múltiplas, realizadas por sorteios de dezenas em datas e horários predefinidos.

§2º Poderão ser exploradas outras modalidades lotéricas autorizadas por lei federal.

**Art. 2º** – Compete à Loteria Municipal de Missão Velha/CE:

- I – Planejar, normatizar e explorar, direta ou indiretamente, as diversas modalidades de jogos lotéricos;
- II – Cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos aplicáveis;
- III – Programar e controlar serviços técnicos, administrativos e financeiros;
- IV – Desenvolver novas tecnologias e projetos lotéricos;
- V – Regulamentar e atualizar as modalidades exploradas;



VI – Prestar informações ao público sobre os jogos e regulamentos.

§1º A Loteria do Município de Missão Velha/CE funcionará sob supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que indicará o Diretor responsável.

**Art. 3º** – A Loteria do Município poderá explorar diretamente ou mediante credenciamento, autorização ou concessão, as modalidades de Loteria Convencional, Instantânea e “On Line/Real Time”.

Parágrafo único. Fica reservada à Loteria Municipal a prerrogativa de exploração direta de qualquer modalidade, a critério do Poder Executivo.

**Art. 4º** – A Loteria do Município poderá cobrar dos credenciados ou autorizados valores de royalties, comissões, taxas locativas de marca e outras formas de remuneração decorrentes das autorizações e concessões de exploração de jogos lotéricos.

**Art. 5º** – Não poderão ser credenciadas empresas cujos sócios ou administradores tenham condenação criminal transitada em julgado.

**Art. 6º** – Submetem-se à necessidade de credenciamento e autorização as empresas que explorem a atividade de loterias, físicas ou virtuais, ainda que não possuam sede em território nacional, se promoverem publicidade no Município.

**Art. 7º** – Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas em Missão Velha que recebam patrocínio de empresas lotéricas não credenciadas deverão exigir comprovação da regularidade da autorização municipal.

**Art. 8º** – Os valores pagos em razão de credenciamento e autorização de exploração de jogos lotéricos no território municipal obedecerão à seguinte destinação:

I – 50% (cinquenta por cento) para a Secretaria de Cultura e Turismo;

II – 50% (cinquenta por cento) para a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer.

**Art. 9º** – As empresas credenciadas deverão submeter-se às normas municipais e poderão ser obrigadas a utilizar sistema eletrônico de validação de apostas e emissão de bilhetes.

Parágrafo único. Poderá ser exigido que as empresas adotem medidas de conformidade e sustentabilidade, nos termos de regulamento.

**Art. 10** – As empresas deverão manter registro das pessoas premiadas por 2 (dois) anos, devendo comunicar à Prefeitura eventual reiteração de saques suspeitos.

**Art. 11** – É vedada a participação em jogos lotéricos por menores de idade, pessoas interdadas, pródigas e jogadores compulsivos.



**Art. 12** – No caso de concessão, a empresa responsável deverá operacionalizar os concursos e distribuir as premiações conforme as condições fixadas pela municipalidade, sob pena de multa e cancelamento da concessão.

**Art. 13** – A exploração ilegal de loterias no território municipal sujeitará o infrator às penalidades previstas nesta Lei e às normas penais aplicáveis.

**Art. 14** – Estão dispensadas de autorização as entidades que realizem atividades de loteria federal devidamente autorizadas pela União.

**Art. 15** – Ficam revogadas todas as autorizações anteriores relacionadas à exploração de jogos lotéricos no Município.

## **CAPÍTULO II – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

**Art. 16** – O produto da arrecadação obtida pela Loteria Municipal de Missão Velha/CE observará a Lei Federal nº 13.756/2018 e o Decreto-Lei nº 6.259/1944, destinando-se:

I – 50% (cinquenta por cento) à Secretaria de Cultura e Turismo;

II – 50% (cinquenta por cento) à Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. Os recursos serão aplicados em projetos culturais, esportivos e de lazer voltados à inclusão social, cidadania e fomento à economia criativa.

**Art. 17** – Os prêmios não reclamados em até 90 (noventa) dias serão revertidos ao Tesouro Municipal, para aplicação conforme o art. 16 desta Lei.

## **CAPÍTULO III – FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES**

**Art. 18** – A fiscalização da exploração dos jogos lotéricos será realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que exercerá o poder de polícia administrativa.

**Art. 19** – As infrações serão apuradas por processo administrativo, aplicando-se as penalidades cabíveis:

I – multa;

II – interdição do estabelecimento;

III – revogação da autorização.



**Art. 20** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Missão Velha/CE, 06 de outubro de 2025.

**LUIZ ROSEMBERG DANTAS MACÊDO FILHO**  
Prefeito Municipal